



Número: **0801801-36.2019.8.15.0881**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de São Bento**

Última distribuição : **19/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 4.050,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA (AUTOR)		JAQUES RAMOS WANDERLEY (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27220943	19/12/2019 13:44	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
27220944	19/12/2019 13:44	<a href="#">1 Processo Administrativo</a>	Documento de Comprovação
27220945	19/12/2019 13:44	<a href="#">2 Documentos Pessoais e Comprovante de Residência</a>	Documento de Identificação
27220947	19/12/2019 13:44	<a href="#">3 Documento do Veículo</a>	Documento de Comprovação
27220948	19/12/2019 13:44	<a href="#">4 Boletim de Ocorrência</a>	Documento de Comprovação
27221199	19/12/2019 13:44	<a href="#">5 Documentos Médicos</a>	Documento de Comprovação
27221201	19/12/2019 13:44	<a href="#">6 Documentos Médicos</a>	Documento de Comprovação
27379741	13/01/2020 09:34	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
28427318	19/02/2020 10:44	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
29050473	12/03/2020 15:16	<a href="#">Hipossuficiencia</a>	Documento de Comprovação
29050480	12/03/2020 15:16	<a href="#">GuiaCustas JANIO</a>	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
29050483	12/03/2020 15:16	<a href="#">declaração de isento de imposto de renda e CTPS</a>	Outros Documentos
30949727	26/05/2020 05:24	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
30988815	26/05/2020 10:45	<a href="#">Carta</a>	Carta
30988816	26/05/2020 10:45	<a href="#">Expediente</a>	Expediente

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUÍZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE POMBAL – PB.

**JÂNIO VENÂNCIO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, estudante, inscrito no CPF sob o nº. 492.099.178-98 e no RG sob o nº. 55.328.345-5 2ª via SSP/SP, residente e domiciliado à Rua Projetada, s/n, Centro, Paulista – PB, por meio de seu procurador e advogado que esta subscreve, Bel. Jaques Ramos Wanderley, OAB/PB 11.984, com endereço no rodapé, vem, perante Vossa Excelência, ajuizar a presente

### **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, situada a Rua Senador Dantas, 76, 3º andar, CEP: 20.031-201, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos fatos e motivos que passa a aduzir:

#### **1. DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

Cumprе salientar que a Requerente não possui condições financeiras de arcar com custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo ao seu próprio sustento e de sua família, por se tratar de simples comerciante, não auferindo renda fixa, possuindo, conforme extratos bancários em anexo, saldo zerado. Por esta razão, requer os benefícios da justiça gratuita, nos termos do artigo 95 do Código de Processo Civil de 2015.

#### **2. DOS FATOS**

O promovente foi vítima de acidente de trânsito no dia 20 de dezembro de 2018, conforme boletim de ocorrência, em anexo.

Do malsinado acidente, o Promovente sofreu grave **FRATURA NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO**, luxação em região do hálax, 3º, 4º e 5º dedo do pé esquerdo, conforme CID 10 S92.3 (fratura de ossos do metatarso), além de **1) lateralização da cabeça do terceiro metatarso, em relação ao eixo de seu corpo, com tênue área de maior radiodensidade na transição da cabeça com o corpo; 2) alteração morfológica, com irregularidades dos contornos e formações osteohipertróficas e que se projeta medialmente na transição da cabeça com o corpo do quarto metatarso, com esclerose óssea e pequeno desvio lateral da cabeça em relação ao eixo do corpo; 3) irregularidade dos contornos ósseos, mais pronunciados, são observadas no segmento distal do quinto metatarso, com maior comprometimento da sua cabeça, com áreas de maior radiodensidade entremeadas por pequenas áreas luscentes, com formações osteohipertróficas, que se projetam notadamente em sua face lateral; 4) imagem ossificada, ovalada, projetada na face medial da articulação metatarso-falangiana do primeiro dedo; e 5) pequena formação osteohipertrófica nas porções mais proximais e mediais do cuneiforme medial**; conforme exames anexos aos autos.

Tendo o mesmo sido submetido a **procedimento cirúrgico**, e, mesmo após os tratamentos realizados, permanece impossibilitado de praticar suas atividades diárias, em detrimento DAS FORTES DORES SOFRIDAS, DORMÊNCIA, BLOQUEIO E RIGIDEZ NAS ARTICULAÇÕES E TENDÕES DOS DEDOS E NO PRÓPRIO PÉ ESQUERDO, O QUE TEM OCASIONADO DIFICULDADES PARA DEAMBULAR, AGACHAR, APANHAR OBJETOS, ALÉM DE LIMITAÇÃO NA AMPLITUDE DO MOVIMENTO E PERDA DA FORÇA PARA REALIZAR ESFOÇOS FÍSICOS MODERADOS.



Logo, conforme Laudo Médico acostado aos autos, o Promovente sofreu lesões no pé esquerdo (25%) e nos dedos hálex (50%), 3º dedo (50%), 4º dedo (50%) e 5º dedo (75%), fazendo jus aos valores de R\$ 1.012,50 (um mil e doze reais e cinquenta centavos), R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais) e R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), que correspondem ao montante de **R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais)**, conforme estabelece a Lei 6.194/74 cominada com a TABELA da SUSEP em anexo.

Diante os fatos, requereu administrativamente a empresa demandada o pagamento da indenização do seguro Obrigatório DPVAT (**SINISTRO: 3190280997**), referente à invalidez permanente constante no Laudo Médico e demais documentos médicos em anexo.

Acontece Excelência, que a seguradora realizou o pagamento, todavia o fez bem a quem do devido, uma vez que pagou em 15/05/2019, apenas a importância de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), conforme documento em anexo.

Ante os fatos, resta demonstrado que a companhia de seguros realizou o pagamento da indenização no valor menor que o realmente devido, devendo complementar o pagamento do sinistro em **R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais)**, os quais devem ser acrescidos de juros e correção monetária.

### 3. DO DIREITO

#### I - REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA

A matéria encontra-se regulamentada pela lei 6.194/74, que determina o pagamento de indenização máxima no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) aos beneficiários das vítimas de acidentes de trânsito, em caso de invalidez intensa de um dos membros, consoante se depreende, da leitura do caput do art. 3º, e inciso II, alterada pela LEI 11.482/07, in verbis:

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

Todavia, as seguradoras não cumpriram sequer com os normativos da CNSP, pois não estabeleceu índices percentuais correspondente a debilidade que ficou sujeito o promovente.

Desta forma, aplicando-se os limites estabelecidos pela lei, bem como usando a própria TABELA DA CNSP, percebe-se que a indenização foi paga em valores inferiores aos realmente devidos, merecendo pois ser feito justiça, condenando-se a empresa promovida ao pagamento do valor devido.

As seguradoras não vêm cumprindo o que determina a lei, alegando em seu favor RESOLUÇÕES editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, que fixam os valores das indenizações para cada tipo de cobertura.

Outrossim, registre que os documentos anexados, são suficientes a um julgamento meritório, sendo dispensado a apresentação de Laudo do UML.

O entendimento dos Tribunais pátrios, com efeito, não é outro senão o aqui defendido, valendo citar duas recentes ementas do Egrégio TJMG que se amoldam perfeitamente ao caso presente:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - DOCUMENTO



DISPENSÁVEL - INÉPCIA NÃO CONFIGURADA - EXTINÇÃO PREMATURA - SENTENÇA CASSADA. É dispensável a juntada do Laudo do IML ou outro documento médico para instruir a ação de cobrança de seguro DPVAT, uma vez que é possível a comprovação do grau e da extensão das lesões durante a instrução processual. (TJ-MG - AC: 10686140012978001 MG, Relator: Aparecida Grossi, Data de Julgamento: 08/04/2015, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/04/2015). (Grifei)

AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - IRRELEVÂNCIA - INÉPCIA DA INICIAL - NÃO OCORRÊNCIA - RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO - Para a propositura de ação de cobrança do seguro DPVAT não é indispensável a juntada, com a inicial, de laudo do IML, motivo por que não se pode falar em inépcia da inicial, em ação de tal natureza, tão só porque não veio instruída com tal documento.

(TJ-MG - AC: 10024123336687001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 15/05/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 27/05/2014). (Grifei)

Aliás, tal entendimento não é isolado, senão vejamos:

APELAÇÃO. Ação de cobrança. acidente de trânsito. seguro obrigatório DPVAT. ausência de laudo do IML. irrelevância. documentação que acompanha a peça exordial é suficiente para afastar a inépcia da inicial. sentença cassada. baixa dos autos à origem para o regular processamento do feito. apelo provido. (TJPR - 10ª Cível - AC - 1257132-5 - Marechal Cândido Rondon - Rel.: Ângela Khury - Unânime - - J. 05.03.2015) (TJ-PR - APL: 12571325 PR 1257132-5 (Acórdão), Relator: Ângela Khury, Data de Julgamento: 05/03/2015, 10ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1556 04/05/2015). (Grifei)

## II - DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em casos de Seguro Obrigatório DPVAT, quando se tratar de verba complementar indenizatória, a correção monetária deverá iniciar-se a partir da data do ato ilícito que ensejou prejuízo para a vítima, compreendendo portanto, a data em que a seguradora não adimpliu corretamente ao pagamento em via administrativa, fazendo-o a menor. Deste modo entende o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA em sua Súmula 43 que assim preleciona: "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo".

Coadunando com este mesmo entendimento, segue julgado do ilustre Relator José Sebastiao Fagundes Cunha do TJPR - Apelação Cível: AC 4451245 PR 0445124-5:

RECURSO DE APELAÇÃO COBRANÇA. SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA RECEBIDA PARCIALMENTE. QUITAÇÃO DO VALOR PAGO À MENOR. FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO VINCULADA AO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. RESOLUÇÃO CNSP. NORMA QUE NÃO PODE SOBREPOR-SE À LEI ORDINÁRIA. HIERARQUIA DAS NORMAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA 43 DO STJ. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO ADESIVO COBRANÇA. SEGURO DPVAT. QUITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EFETUADA A MENOR. INCIDÊNCIA DE JUROS DESDE O PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. JUROS. 1% AO MÊS A PARTIR DA VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 - (12.01.2003) - E INCIDÊNCIA DE 0,5% ANTES DESTA DATA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. RECURSO ADESIVO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. 1. Restando demonstrado que o valor do seguro obrigatório DPVAT não foi pago em sua integralidade (40 salários mínimos), faz jus a autora ao recebimento da diferença entre o que foi pago e o que deveria sê-lo.



(...)

4. Súmula 43 do STJ: "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo". No caso em apreço, verificou-se o ato ilícito contratual da seguradora quando não adimpliu corretamente, em sede administrativa, com a sua obrigação junto aos beneficiários do seguro obrigatório, motivo pelo qual é a partir desta data que a correção monetária deve incidir.

Consoante o exposto, pedimos licença para deixa de discorrer sobre o mérito, para adentrarmos nos pedidos.

#### 4. DOS PEDIDOS

EX POSITIS, requer a Vossa Excelência:

a) a citação da Promovida no endereço descrito no pórtico desta, para que no prazo legal em querendo, contestar a presente ação, sob pena de sofrer os efeitos da revelia e confissão;

b) seja a ação julgada procedente, para condenar a Promovida ao pagamento de **R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais)**, a título de indenização pelos danos em epígrafe, devidamente acrescidos de juros mora a partir da citação da empresa promovida e correção monetária, a contar da data em que ocorreu o acidente (20/12/2018);

c) a inversão do ônus da prova, nos precisos termos do art. 6º, VIII do CODECOM;

d) seja concedido os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, assegurados pelos arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil/2015, tendo em vista não poder arcar com as despesas processuais por insuficiência de recursos.

e) a condenação da empresa promovida nas custas processuais, honorários advocatícios no valor de 20% e demais emolumentos legais.

Requer que **seja dispensada a designação da audiência de conciliação**, nos termos do art. 319, VII c/c art. 334, §4º, I do Novo Código de Processo Civil, tendo em vista a prática de atitudes reiteradas da Promovida em não demonstrar interesse na realização da COMPOSIÇÃO CONSENSUAL.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, além dos documentos que seguem em anexo, bem como REQUER, desde já, a produção de prova pericial, com a juntada dos quesitos.

Dar-se à causa para os devidos fins fiscais, o valor de **R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais)**.

Termos em que,

Pede deferimento.

Pombal – PB, 23 de setembro de 2019.

**Bel. JAQUES RAMOS WANDERLEY**

**- OAB/PB 11.984 –**

**Bel. GUSTAVO RAMOS WANDERLEY**



- Estagiário de Direito -





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 15 de Maio de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190280997

Vítima: JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA

Data do Acidente: 20/12/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JAQUES RAMOS WANDERLEY

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 675,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos pés 50%

Graduação: Em grau residual 10%

% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 50%) 5,00%

Valor a indenizar: 5,00% x 13.500,00 =

R\$ 675,00

Recebedor: JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA

Valor: R\$ 675,00

Banco: 104

Agência: 000000732

Conta: 0000040929-6

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

14 JUN 2019

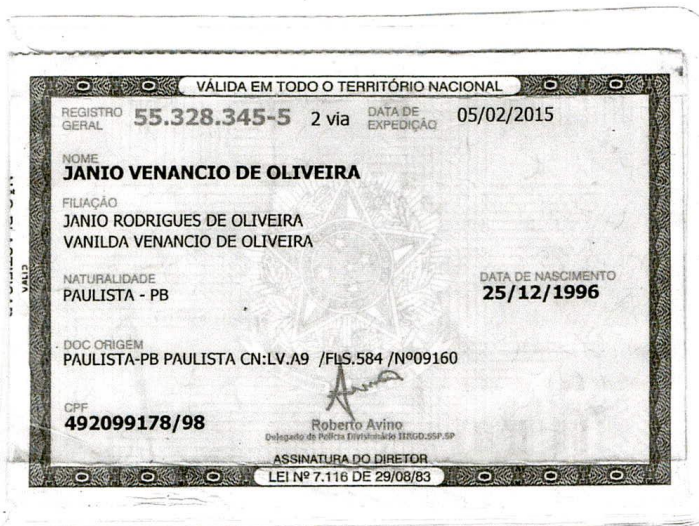


Assinado eletronicamente por: JAQUES RAMOS WANDERLEY - 19/12/2019 13:43:24

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121913432347400000026273710>

Número do documento: 19121913432347400000026273710

Num. 27220944 - Pág. 1



17 ABR 2019





**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA  
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87PARA CONTATO COM A CAGEPA  
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

71674110

REFERÊNCIA

JAN/2019

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

VANILDA VENANCIO DE OLIVEIRA

RUA PROJETADA, SN - CENTRO PAULISTA PB 58860-000

Inscrição		SMI	Quantidade de Economias				Responsável
			Residencial	Comercial	Industrial	Público	
185.001.650.0351.000.000			1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto			
Y15N331421	04/05/2016	EXT LACR LIGADO	POTENCIAL				
ANTERIOR   ATUAL   CONSUMO (M3)   NUM DE DIAS   PROXIMA LEITURA							
345	356	11	30	09/02/2019			
HIST. CONS./ANOR. LEIT.   QUALID. ÁGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.							
DEZ/2018	9	PARAMETROS		EXIG.	ANALIS.	CONFORMES	
NOV/2018	6	TURBIDEZ		24	24	24	
OUT/2018	5	CLORO		24	24	24	
SET/2018	3	COL.TERMOT		0	0	0	
AGO/2018	10	COR		10	15	15	
JUL/2018	11	COL.TOTAIS		24	24	24	
MEDIA(M)	7	DADOS REFERENTES A: NOV/2018					

DATA DA IMPRESSÃO: 10/01/2019

HORA DA IMPRESSÃO: 09:43:25

DESCRIÇÃO

CONSUMO

TOTAL(R\$)

ÁGUA

RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)

ATE 10 M3 - 37,91 POR UNIDADE

10 M3

37,91

11 M3 A 20 M3 - R\$ 4,89 POR M3

1 M3

4,89

ESGOTO

ACRESCIMOS MES(ES) ANT. 11/2018

0,76

JUROS DE HORA 11/2018

0,23

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS-R\$ 3,06 DTS E CONFINS-LEI 12.741/12

VENCIMENTO:

23/01/2019

Total a Pagar:

R\$ 43,79



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA

CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: REAL

TIPO DE TARIFA: 1

INFORMAÇÕES GERAIS:

**\*\*AVISO\*\*** A CAGEPA, EM ATENDIMENTO A LEI ESTADUAL N 8.767 DE 15/04/2009, COMUNICA QUE REALIZARA AUDIENCIA PUBLICA, COM O OBJETIVO DE DAR CONHECIMENTO E FUNDAMENTAR PROPOSTA DE REAJUSTE TARIFARIO. LOCAL: AUDITORIO DA CINEP NA AV. FELICIANO CIRNE, N 50 - JAGUARI - NO DIA 18/01/2019 AS 14:00H.

17 ABR 2019



Assinado eletronicamente por: JAKUES RAMOS WANDERLEY - 19/12/2019 13:43:25

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121913432433000000026273711>

Número do documento: 19121913432433000000026273711

Num. 27220945 - Pág. 2

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

**DETRAN - PB** Nº 014797592296  
**CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO**

VIA 1 Cód. RENAVAM 0110438771-6 R.N.T.R.C. 00/00000000 EXERCÍCIO 2019

NOME  
VANESSA VENANCIO DE O RAMALHO

CPF / CNPJ 10681208430 PLACA QFQ6656/PB

PLACA ANT / UF NOVO PB CHASSI 9C2JC7000GR209693

ESPÉCIE TIPO PAS/MOTONETA/NAO-APLIC COMBUSTÍVEL GASOLINA

MARCA / MODELO HONDA/BIZ 1101 ANO FAB 2016 ANO MOD 2016

CAP / POT / CIL 2 P/109 /CI CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

COTA ÚNICA 00/00/0000 VENC. COTA ÚNICA 1º VENC / COTAS 2º 3º

FAIXA I.P.V.A. 0 PARCELAMENTO / COTAS

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO  
\*\*\*\*\* SEGURO P A G O 28/02/2019

OBSERVAÇÕES  
A.F ADM DE CONC NACION HONDA LTDA

LOCAL 0 DATA 28/02/2019

FATOS-PB 36838 41033

Assinado eletronicamente por: JAQUES RAMOS WANDERLEY - 19/12/2019 13:43:26

**SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT**

**PB Nº 014797592296 BILHETE DE SEGURO DPVAT**

**ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA**  
**www.seguradoralider.com.br**  
**SAC DPVAT 0800 022 1204**

EXERCÍCIO 2019 DATA EMISSÃO 28/02/2019

VIA 1 CPF / CNPJ 10681208430 PLACA QFQ6656/PB

RENAVAM 1104387716 MARCA / MODELO HONDA/BIZ 1101

ANO FAB 2016 CAT. TARIF 9 Nº CHASSI 9C2JC7000GR209693

**PRÊMIO TARIFÁRIO**

FNS (R\$) \*\*\*\*\* DENATRAN (R\$) \*\*\*\*\* CUSTO DO SEGURO (R\$) \*\*\*\*\*

CUSTO DO BILHETE (R\$) \*\*\*\*\* IOF (R\$) \*\*\*\*\* TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$) \*\*\*\*\*

PAGAMENTO COTA ÚNICA ☐ PARCELADO ☐ DATA DE QUITAÇÃO 28/02/2019

**SEGURADORA LÍDER - DPVAT**  
CNPJ 09.248.608/0001-04

41033-1619353-20190228

17 ABR 2019

3190280997







**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 0271/2019**

Natureza da ocorrência: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Data do fato: **20/12/2018** hora: **07:30 HRS**

Notificante: , alcunha " ", Nacionalidade: ,  
naturalidade: , nascido em / / , documento: ,  
filho(a) de e de , endereço: \*\*\*\*\* ,  
referência: .

Sob a responsabilidade do(a) Bel(a): **ANDERSON FONTES CAMPOS**

Vítima: **JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA**, alcunha " ",  
Nacionalidade: brasileiro, naturalidade: Paulista-PB, idade: 22  
anos, nascido em 25/12/1996, cor/raça: \*\*\*\*\*, Estado Civil:  
Solteiro, Profissão: operador de máquinas, Escolaridade:  
fundamental, documento: CPF 492.099.178-98, filiação: Janio  
Rodrigues de Oliveira e de Vanilda Venancio de Oliveira, endereço:  
Rua Projetada, Sn, Centro, Paulista-PB, referência: próximo ao  
colégio José Jerônimo e a creche. Tel/Cel:(83) 99886-0183;

**HISTORICO DO FATO**


O(a) notificante, após cientificado(a) das penalidades cominadas  
ao Art. 299 do CPB, declarou o SEGUINTE: Que na data de 20/12/2018  
por volta das 07:30 hrs a vítima conduzia a moto Honda Biz 110i,  
2016/2016, vermelha, chassi 9C2JC7000GR209693, placa QFQ-6656  
licenciada em nome de Vanessa Venancio de Oliveira Ramalho, quando  
trafegava por uma rua do centro da cidade de Paulista-PB em um  
cruzamento foi desviar de um cachorro e acabou colidindo em uma  
árvore; Que em virtude do acidente a vítima sofreu uma colisão no  
pé esquerdo; Que após receber atendimento no hospital de Paulista,  
foi encaminhado para o Hospital Regional Dep. Janduhy Carneiro em  
Patos; Que comunica o fato para acionar o seguro DPVAT. Nada mais  
a consignar.

São Bento-PB, 29 de março de 2019. Às 09:57 horas.

+ JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA

☒ Notificante

☐ Testemunha Arrogada

  
Assinatura do Policial responsável pelo registro  
Pedro Terceiro de Carvalho Amorim  
Matrícula: 168.203-2

POLEGAR DIREITO

17 ABR 2019







PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA  
FICHA DE REGULAÇÃO MÉDICA/ATENDIMENTO USB 12



**IDENTIFICAÇÃO OCORRÊNCIA**

DATA: 30.12.18 HORA: 07:00 Nº ID: 06 PACIENTE/USUÁRIO: Jânio Vinício da Oliveira IDADE: 24 SEXO: ( ) M ( ) F

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rua Vicente de Franco BAIRRO: Centro MÉDICO REGULADOR: Dr. Jelenio

TRANSFERÊNCIA DE: HAMEO APOIO LOCAL: ( ) PM ( ) RESGATE/BOMBEIROS ( ) PRF ( ) CPTRAN OUTRO: \_\_\_\_\_

QTA: ( ) NÃO SE ENCONTRA NO LOCAL ( ) RECUSOU ATENDIMENTO ( ) SOCORRIDO PELO BOMBEIRO ( ) LOCAL NÃO ENCONTRADO ( ) ÓBITO NO LOCAL ( ) ÓBITO NO TRANSPORTE ( ) CANCELADO ( ) OUTRO: \_\_\_\_\_

MOTIVO DA ATIVAÇÃO: Queda de moto (colisão/moto x árvore)

**EXAME**

PELE: ( ) PÁLIDO ( ) CIANÓTICO ( ) ICTÉRICO ( ) SUDOREICO ( ) CORADA ( ) ÚMIDA ( ) FRIA ( ) PEGAGOSA

VIAS AÉREAS: ( ) NORMAL ( ) BRADIPNEIA ( ) TAQUIPNEIA ( ) APNEIA ( ) DISPNEIA ( ) RESP. RUIDOSA ( ) OBSTRUÇÃO ( ) HEMOPTISE ( ) TOSSE PRODUTIVA VENTILAÇÃO: ( ) ESPONT. ( ) VENT. ASSIST. AUSC. PULM: ( ) MV ( ) RA ( ) CREPTOS ( ) SIBILOS ( ) RONCOS

CARDI: ( ) NORMOCÁDICO ( ) BRADICÁDICO ( ) TAQUICÁDICO ( ) BCNF ( ) BCHF ( ) PRECORDIALGIA ( ) NORMOTENSO ( ) HIPOTENSO ( ) HIPERTENSO ( ) PCR ( ) EDEMA - LOCAL: ENCH. CAP: ( ) > 2S ( ) < 2S CHOQUE: ( ) HIPOV ( ) ANAFIL ( ) SÉPTICO ( ) CARDIOG

DIGES: ( ) NORM ( ) EPIGASTRALGIA ( ) HDA ( ) HEMATÊMESE

ABDO: ( ) NORM ( ) DISTENDIDO ( ) DOLOROSO - LOCAL: \_\_\_\_\_

NEUR: ( ) CONSCIENTE ( ) ORIENTADO ( ) CONFUSO ( ) DESORIENTANDO ( ) MIDRIASE ( ) MIOSE ( ) ANISOCO ( ) ISOCORICA ( ) DEFICIT MOTOR ( ) DEFICIT SENSITIVO ( ) CONVULSÃO

GINEC: ( ) TRABALHO DE PARTO ( ) ABORTAMENTO ( ) DOR PÉLVICA ( ) METRORRAGIA ( ) NASCIM. ( ) BOLSA ROTA CONTRAÇÕES/MIN: \_\_\_\_\_ BCF: \_\_\_\_\_ ( ) NORMOFO ( ) HIPOFON

QUEI: 

	CAB	PESC	TANT	TPOS	PERI	MSD	MSE	MID	MIE
I									
II									
III									

**SINAIS VITAIS E PARÂMETROS EVOLUTIVOS**

HORA	07:00		
PA mmHg	120/110		
FR rpm	19		
FC bpm	85		
SPO <sub>2</sub> %	99		
T <sub>ax</sub> °C			
HGT mg/dl	110		
ECG			
APGAR			

**PROCEDIMENTOS REALIZADOS**

OXIGÊNIO: \_\_\_\_\_ l/min ( ) CAT. NASAL ( ) MR ( ) BVM ( ) ASPIRAÇÃO DE VVAA ( ) ELEVAÇÃO DE DECUBITO ( ) CAN. OROFARÍNGEA ( ) ML ( ) CT ( ) SNG ( ) SVD AVP ABOCATH Nº 20 LOCAL: MSD CURATIVO: ( ) COMPR. ( ) SIMPLES ( ) TORNQUETE ( ) IMOBILIZAÇÃO - LOCAL: MIE ( ) KED ( ) COLAR CERV. - TAM: P OUTROS: plancha rígida e tala G.

ANTECEDENTES: ( ) DIABETES ( ) HAS ( ) CARDIOPATIA ( ) TABAGISTA ( ) ETILISTA ( ) ALERGIAS: \_\_\_\_\_

MEDICAMENTOS EM USO: \_\_\_\_\_

QUEIXAS: \_\_\_\_\_

ANTECEDENTES FAMILIARES: \_\_\_\_\_

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Diagnóstico: ( ) Ansiedade ( ) Capacidade adaptativa intracraniana diminuída ( ) Comunicação verbal prejudicada ( ) Confusão aguda ( ) Deambulação prejudicada ( ) Débito cardíaco diminuído ( ) Desobstrução ineficaz de vias aéreas ( ) Disreflexia autonômica ( ) Dor aguda ( ) Hipertermia ( ) Hipotermia ( ) Integridade da pele prejudicada ( ) Integridade tissular prejudicada ( ) Medo ( ) Intolerância à atividade ( ) Mucosa oral prejudicada ( ) Padrão respiratório ineficaz ( ) Risco de Perfusão tissular cerebral ineficaz ( ) Perfusão tissular cardiopulmonar ineficaz ( ) Risco de Perfusão tissular gastrointestinal ineficaz ( ) Risco de Perfusão tissular renal ineficaz ( ) Termorregulação ineficaz ( ) Troca de gases prejudicada ( ) Ventilação espontânea prejudicada ( ) Volume de líquidos deficientes ( ) Volume de líquidos excessivo ( ) Náusea ( ) Retenção urinária ( ) Interação social prejudicada ( ) Incontinência intestinal ( ) Eliminação urinária prejudicada ( ) Constipação ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Intervenções: Imobilização conforme protocolo

Implementações da assist. / evolução de enfermagem: Paciente encontrado na rua, consciente, orientado, reativo, apresentando escoriações, edema e ferida livre, luxação em região do 5º dedo do pé, onde sofreu com, local imobilizado e conduzido ao hospital local.

TERAPÊUTICA INSTITUÍDA					
REPOSIÇÃO VOLUMÉICA	VOLUME	MEDICAÇÕES	POSOLOGIA	VIA DE ADM	HORÁRIO
SOLUÇÃO RINGER LACTATO	500 ml	Dipirona	4 amp	EV	07:20
SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9%					
SOLUÇÃO GLICOSADA 0,5%					
OUTRO					

17 ABR 2019



ENFERMEIRA Aliny O. Pereira  
Enfermeira  
COREN: 135  
EQUIPE  
Téc. ENFER.  
Josina Dantas da Silva  
Condutor Socorrista  
RG: 7.349.201  
LOCAL DE DESTINO: RESPONSÁVEL: FUNÇÃO:

TERMO DE RECUSA

DECLARO PARA TODOS OS FINS QUE ESTOU RECUSANDO O ATENDIMENTO DISPONIBILIZADO PELO SAMU / PAULISTA - PB, NESTA OPORTUNIDADE:

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

TESTEMUNHA 01: \_\_\_\_\_

TESTEMUNHA 02: \_\_\_\_\_

PERTENCES DO PACIENTE

DESCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

NOME DO RECEPTOR: \_\_\_\_\_

FUNÇÃO: \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO RECEPTOR: \_\_\_\_\_

17 ABR 2019





Paulista internamento 1004



**Prefeitura Municipal de Paulista - PB**  
**Secretaria Municipal de Saúde**

**ENCAMINHAMENTO**

Encaminho o paciente Jonas Vinícius de Oliveira  
residente na (o) Rua projetada  
Município de Paulista - PB  
Para o (a) Hospital Regional de Patos  
Na Cidade de Patos

**MOTIVO**

Paciente vítima de celos moto-elétrico, sem contusões em registro de vídeo ou perda de consciência. Sinais vitais estáveis, com ME com sinais de edema e dificuldade de movimentar. RX sem perfuração e deslocamento com sinais de fratura em nível distal em 3°, 4° e 5° metacarpo e no registro proximal de alongamento de 1° metacarpo. Contato com Dr. Leonardo.

OBS. O encaminhamento foi realizado pela Secretaria de Saúde de Paulista - PB

A tenciosamente,

Paulista (PB) em, 20/12/19

  
Geovane Pereira de Brito  
Médico  
CRM-PB 12000

17 ABR 2019



### FICHA DE INTERNAÇÃO

INTERNAÇÃO	22578	PRONTUÁRIO	13726
DATA	20/12/2018	HORA	15:24
OCCORRÊNCIA	OUTROS TIPOS DE ACIDENTE DE TRANSITO		
CLASSIF. RISCO			
ORIGEM	PRÓPRIA RESIDÊNCIA		
MÉDICO	LEONARDO BRUNO ALVES MONTEIRO		
MOTIVO	ACIDENTE DE TRANSITO MOTOCICLETA		
PACIENTE	JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA		IDADE 21a 11m GÊNERO MASCULINO
FILIAÇÃO I	VANILDA VENANCIO DE OLIVEIRA		
FILIAÇÃO II	JANIO RODRIGUES DE OLIVEIRA		
CIDADE	PAULISTA	PB	58860000
ENDEREÇO	RUA PROJETA DA SN		
BAIRRO	CENTRO		
NATURALIDADE	PAULISTA		
TELEFONE	8308880850	CELULAR	
C.N.S.	898001463901581	IDENTIDADE	55.328.345-5
C.P.F.	492.099.178-98	REG. NAC.	
NASCIMENTO	25/12/1996	COR	PARDO
EST.CIVIL	SOLTEIRO	PROFISSÃO	SERVICO GERAL

RESPONSÁVEL JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA Ass. Resp./Paciente *[Assinatura]*

ANAMNESE (História da Moléstia atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários).

*Frnt. 3º, 4º e 5º MTO e Hala x 0*

EXAMES OBJETIVOS (Inspeção geral, exame da região afetada, exame dos diversos aparelhos).

*Idm*

EXAMES COMPLEMENTARES (Raio X, laboratoriais) *Idm*

DIAGNÓSTICO *Frnt. da p. Metatarsal* CID *[Assinatura]*

DADOS DA SAÍDA Data *23.02.19* Hora *\_\_\_* H *\_\_\_* Min

MOTIVO  
☐ Alta Curado ☒ Alta Melhorado ☐ Alta a Pedido  
☐ Transferência ☐ Evasão ☐ Óbito

MÉDICO/CRM *[Assinatura]*

17 ABR 2019



### RESUMO DE ALTA

Nº ATENDIMENTO	22578	PRONTUÁRIO	13726
DATA	20/12/2018	HORA	15:24
MÉDICO	LEONARDO BRUNO ALVES MONTEIRO	OPERADOR	KGONES
PACIENTE	JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA	IDADE	21a 11m

#### RESUMO CLÍNICO:

Janio Venancio de Oliveira  
Travessa na 1ª - 1ª Etapa  
de Metatarsos

#### DIAGNÓSTICO:

#### CID-10:

T. PATIUN DE METATARSOS

#### PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

Redução, fixação de 5º MTT  
Redução de 3º e 4º MTT

#### EVOLUÇÃO E INTERCORRÊNCIAS:

NDA

#### ORIENTAÇÕES APÓS A ALTA:

- Retorno Ambulatorial  
- Uso de Medicamentos

CONDIÇÕES DE ALTA/TRANSFERÊNCIA ( ) Curado ( ☒ ) Melhorado ( ) Inalterado ( ) Óbito

DESTINO ( ) Residência ( ) Atendimento domiciliar

( ) Transferência para

PATOS/PB, 20 DE Dezembro DE 2018

MÉDICO/CRM

17 ABR 2019





**NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL**

PACIENTE: José Venâncio de Oliveira

SEXO: M IDADE: 21 ANOS

PROFISSIONAL: Dr. Fábio

DATA: 22-12-2018 HORA: 16:10h

GOVERNO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL  
DEPT. JUCILHY CARNEIRO

QUANTIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE	MATERIAL
	TX. de Instrumentador		Equipo p/ soro e sangue
	TX. Capnógrafo		Saco S.F.O.
	TX. Bomba de Infusão		Luvas Est. p/ Procedimentos
X	TX. Aplicação de Sangue		Lâmina de Bisturi
	TX. Monitor Cardíaco-Respirador		Sonda de Foley
X	TX. de Laser		Coletor de Urina
X	TX. de Curativo		Seringa 1 ml
X	TX. de Irrigação S. Vesical		Seringa 3 ml
	TX. Sala		Seringa 5 ml
	TX. Bisturi Elétrico		Seringa 10 ml
X	TX. Aspirador Elétrico		Seringa 20 ml
X	TX. Oxímetro de Pulso		Eletrodos desc.
	Neocain		Atadura de Crepom 10cm
	Huileto		Atadura de Crepom 20cm
	Triclenbutal		Atadura Gessada 10cm
	Quelcin		Sonda Uretral
	Pavulon		Sonda Nasogástrica
	Dorminid		Éter Sulfônico
	Fentanyl 0,05mg		Dreno Pacrose
	Xilocaina a 5%		Dreno Sucção
	Ibuprofeno		Dreno de Tórax
	Xilocaina a 2%		Espandrapo
	Etidimide		Xilocaina Gel
	Ketalar		Álcool 70%
	Pubicovaina 0,5%		PVPi Tintura
	Dimorf		Gases
	Lanexat 0,5ml		Algodão Hidrófilo
	Narcolin		Algodão Ortopédico
	Forane		Cidex
	Sulfenta		Vaselina Estéril
	Diazepam		Agulha descartável
	Água destilada 10ml		Pastilha de Formol
	Prostigmine		Fio Cromado 0 c/ agulha
	Atropina		Fio Cromado 0 s/ agulha
	Adrenalina		Fio Cromado 1 c/ agulha
	Efortil		Fio Cromado 1 s/ agulha
	Cefalotina 15g		Fio Cromado 2-0 c/ agulha
	Oxital		Fio Cromado 2-0 s/ agulha
	Piasil		Cat-gut simples 0 c/ agulha
	Dipirona		Cat-gut simples 0 s/ agulha
	Espanin 5000 VI		Cat-gut simples 2-0 c/ agulha
	Tilatil		Cat-gut simples 2-0 s/ agulha
	Amicacina 500mg		Cat-gut 2-0 p/ amigdalectomia
	Agulha de Raque Descartável		Cat-gut simples 3-0 c/ agulha
	Abbotat 20 e 22		Polycot 0 c/ agulha
	Polycot 0 s/ agulha		Polycot 2-0 c/ agulha
	Polycot 2-0 s/ agulha		Polycot 3-0 c/ agulha
	Polycot 3-0 s/ agulha		Prolene 2-0 c/ agulha
	Prolene 0 c/ agulha		

17 ABR 2019



## ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_

Jaques Wanderley da Silva

portador(a) da identidade RG \_\_\_\_\_

que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de  
hoje, às \_\_\_\_\_ h \_\_\_\_\_, portador(a) da patologia CID-10

S92.3

devendo permanecer afastado(a) de suas atividades  
laborativas por um período de (60) dias, a  
partir desta data.

Patos, 22.04.19

Stênio Guy W. Araújo

CRM 1325 - CBO 223146

ORÇOPEDIA / TRAUMATOLOGIA

Assinatura \_\_\_\_\_  
CNS 206780107710000

### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_

autorizo o(a) Dr.(a) \_\_\_\_\_

a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por ex-  
tensão neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

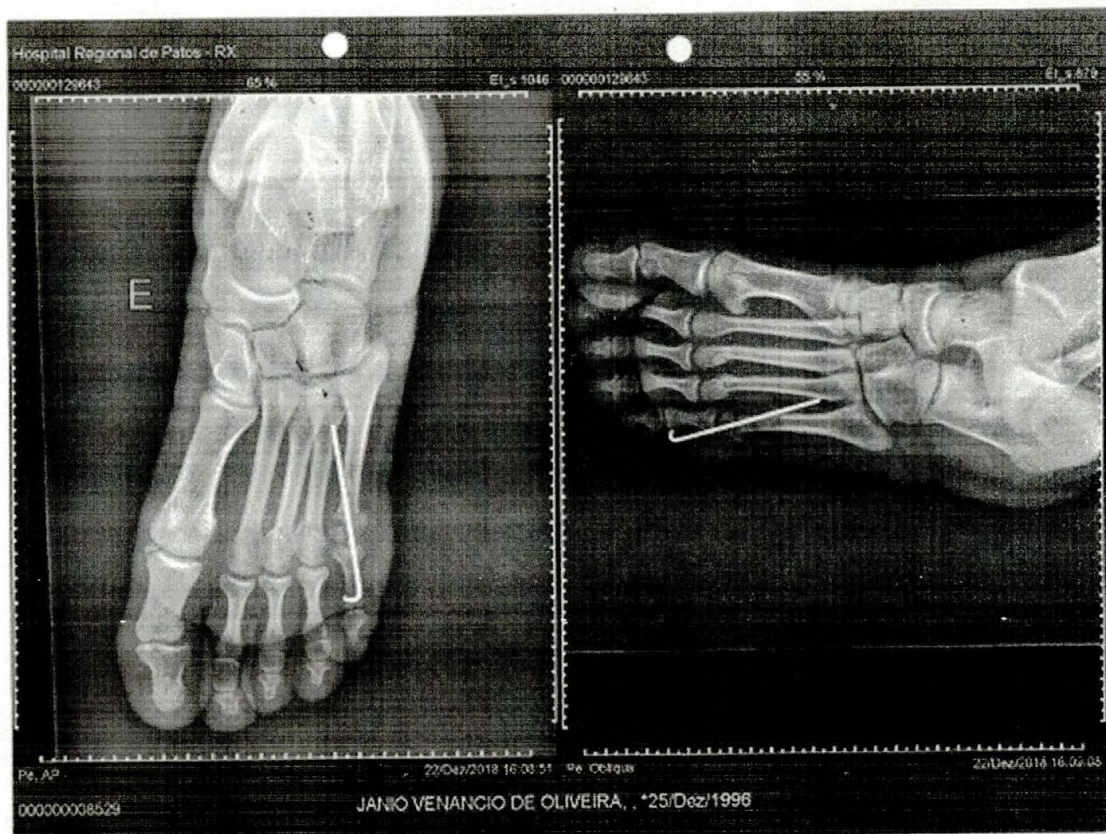
1ª via - paciente 2ª via - anexar ao prontuário de atendimento

Rua Horácio Nóbrega, s/n Belo Horizonte 58704-000 Patos PB  
Fone 83 3423.2741

17 ABR 2019







RUA HORÁCIO MORAES, S/N - HOSPITAL REGIONAL DE PATOS - BELO HORIZONTE, PATOS (PB).

17 ABR 2019



Nome: <u>Julio Vinicio</u>		Nº prontuário
Data da Cirurgia <u>12/12/18</u>	Enf.	Leito
Cirurgião <u>Dr. Sato</u>	1º Auxiliar <u>Dr. Leonardo</u>	
Anestesista	Tipo de Anestesia	
Diagnóstico Pré-Operatório <u>Fratura de METACARPO</u> <u>3: 4: 15: ...</u>		
Tipo de Cirurgia <u>Redução + fixação</u>		
Diagnóstico Pós Operatório		
Relatório Imediato do Patologista		
Exame Radiológico no Ato		
Acidente Durante a Cirurgia		

### DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

- 1) fraturas n. 00
- 2) asserção - curiograma
- 3) oporção de corpo
- 4) n. 00 lateral dorsal n. 00 (E)
- 5) observação cl. de T: MIT. El. de 0000
- 6) n. 00 1. T. 0000
- 7) observação n. 00 de 0000

17 ABR 2019







Paciente: JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA  
Nº do Paciente: PB180251296  
Data de Nascimento: 25/12/1996  
Data do Exame: 12/04/2019  
Sexo: M

## RADIOGRAFIAS DIGITAIS DO PÉ ESQUERDO AP/PERFIL/OBL

### RELATÓRIO:

Discreta lateralização da **cabeça do terceiro metatarso**, em relação ao eixo de seu corpo, com tênue área de maior radiodensidade na transição da cabeça com o corpo.

Alteração morfológica, com discretas irregularidades dos contornos e formações osteohipertróficas e que se projeta medialmente na transição da cabeça com o corpo do **quarto metatarso**, com discreta esclerose óssea e pequeno desvio lateral da cabeça em relação ao eixo do corpo.

Irregularidade dos contornos ósseos, mais pronunciados, são observadas no segmento distal do **quinto metatarso**, com maior comprometimento da sua cabeça, com áreas de maior radiodensidade entremeadas por pequenas áreas luscentes, com formações osteohipertróficas, que se projetam notadamente em sua face lateral.

Pequena imagem ossificada, ovalada, projetada na face medial da articulação metatarso-falangiana do **primeiro dedo**, de limites definidos e contornos regulares.

Pequena formação osteohipertrófica nas porções mais proximais e mediais do cuneiforme medial.

Demais estruturas ósseas preservadas, com morfologia e densidade habitual.

Espaços e relações articulares estão mantidos.

Demais partes moles sem alterações detectáveis ao método.

**Assinado Eletronicamente por: Dra. Andresa Baiak CRM 18146-PR | Médica-radiologista RQE 14604-PR CRM ES-1964-55 em Laudo Radiológico Criado em 12/04/2019 10:03:54 GMT -3 (Brasília Time)**

Este documento contém informações de saúde identificáveis que são objeto de proteção legal. Esta informação destina-se ao uso exclusivo da instituição mencionada acima. Este é um exame complementar à consulta clínica. Descrições e hipóteses diagnósticas aqui contidas não devem ser analisadas isoladamente, mas correlacionadas com as demais informações (anamnese, exame físico e outros exames) pelo médico/dentista do paciente, a quem compete, exclusivamente, concluir o diagnóstico e decidir a conduta a ser seguida. O relator se coloca à disposição do médico/dentista para quaisquer esclarecimentos necessários.

Unidade 1: Coronel João Carneiro, 368 / Centro - Pombal - PB Fone: (83) 3431-2020 / 9 99989-0097  
Unidade 2: Rua Padre Sandoval Ferrer, s/n / Centro - São Bento - PB Fone: (83) 3444-2946 / 9 9989-0237  
Unidade 3: Rua Venâncio Neiva, s/n / Centro - Catolé do Rocha - PB Fone: (83) 3441-3567 / 9 9820-2114

17 ABR 2019



JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA

E



17 ABR 2019

3 cm

17 ABR 2019

C	1420
L	3917





JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA

E

17 ABR 2019

3 cm

C 1132  
L 4013





JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA

E







## **Dr. Túlio Alberto de Oliveira Souza**

ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - RQE: 5521

CRM-PB: 9251 / CRM-RN: 9800

### **LAUDO MÉDICO**

Atesto para fins de perícia médica que o paciente Sr. **JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA**, é portador de sequela de fraturas múltiplas do pé esquerdo (colo dos 3º, 4º e 5º metatarsos e fratura de falange proximal do hálux esquerdo), devido a acidente de trânsito (queda de moto) em 20/12/2018. Com queixa de dor importante em pé esquerdo. O paciente foi submetido a intervenção cirúrgica no dia 22/12/2018 para redução e fixação de fratura. Ao exame: Ferida operatória na região dorsolateral sobre o 5º metatarso do pé esquerdo cicatrizada, deambulação antálgica, edema em pé esquerdo além de limitação de dorsiflexão e flexão plantar de tornozelo esquerdo, limitação e dor a mobilização de artelhos do pé esquerdo. Radiografia do pé esquerdo: fraturas supracitadas consolidadas. Alta da ortopedia.

CID 10: S 92.7 / M 25.5 / M 25.6

Pombal, em 26 de maio de 2019.

Dr. Túlio Alberto de O. Souza  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM: 9251 PB

MÉDICO

Clínica Santa Cecília - R. Cel. João Carneiro, 368 - Centro, Pombal - tel: (83) 3431-2020 / 99989-0097

14 JUN 2019





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA COMARCA DE SÃO BENTO** Fórum Gov. João Agripino

Filho, Praça Álvaro Dias, 65, Centro, São Bento - PB. CEP 58.865-000 Tel.: (0\*\*83) 3444-1225

[SEGURO]

PROCESSO Nº 0801801-36.2019.8.15.0881

AUTOR: JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

## DECISÃO

Cuida-se de pedido de concessão de assistência judiciária gratuita formulado pela parte autora, ao argumento de que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários sem prejuízo próprio e de sua família.

O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família.

A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que pode ser afastada diante de outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira.

A propósito do tema, eis a orientação do STJ, firmada já sob a égide do CPC/2015:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, FORMULADO PELA UNIÃO, CONTRA PENSIONISTA DE SERVIDOR PÚBLICO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. REQUERIMENTO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO, NA ORIGEM, COM BASE NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS. REEXAME, NESTA CORTE. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. I. (...). II. Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento, interposto por pensionista de servidor público federal, contra decisão que - nos autos de Cumprimento de Sentença, formulado contra a UNIÃO - indeferira a concessão dos benefícios da assistência judiciária à ora agravante, já na vigência do CPC/2015, ao entendimento de que "a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência não é absoluta, devendo ser sopesada com as demais provas existentes nos autos, podendo o juiz exigir a comprovação da situação de miserabilidade para analisar o pleito de assistência judiciária gratuita". III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida. IV. Ainda sob a égide do CPC/73, "este Superior Tribunal posiciona-se no sentido de que a declaração de pobreza, com o intuito de obtenção dos benefícios da justiça gratuita, goza de presunção relativa, admitindo-se prova em contrário (AgRg no AREsp 259.304/PR, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJE



31/05/2013)" (STJ, AgInt no AREsp 870.424/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 08/06/2016). V. Na forma da jurisprudência do STJ, "o magistrado pode indeferir ou revogar o benefício, havendo fundadas razões acerca da condição econômico-financeira da parte ou, ainda, determinar que esta comprove tal condição, haja vista a declaração de hipossuficiência de rendas deter presunção relativa de veracidade, admitindo prova em sentido contrário" (STJ, AgRg no AREsp 363.687/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/07/2015). VI. Outrossim, "embora seja certo que o Novo CPC estabelece, em seu art. 99, que o pedido de reconhecimento do direito personalíssimo à gratuidade de justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso - estabelecendo uma presunção de veracidade e de boa-fé por parte do requerente -, acolhe, no parágrafo 2º, a jurisprudência consolidada do STJ, no sentido de que o juiz pode indeferir a benesse, de ofício, contanto que, antes de indeferir o pedido, propicie à parte requerente a comprovação do preenchimento dos pressupostos legais. Ademais, o CPC/2015 não revogou o art. 5º, caput, da Lei 1.060/1950, que prevê que o juiz deve indeferir, de ofício, o pedido de gratuidade justiça, caso tenha fundadas razões" (STJ, REsp 1.584.130/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 17/08/2016). VII. Tendo o Tribunal de origem, soberano na apreciação de fatos e provas, mantido a decisão de 1º Grau, que indeferira o pedido de assistência judiciária, haja vista que as provas e circunstâncias da causa são incompatíveis com a alegada necessidade do benefício, revela-se inviável o reexame de tal conclusão, ante o óbice contido na Súmula 7/STJ. A propósito: STJ, AgInt no AREsp 871.303/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 21/06/2016. VIII. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1104835/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 09/03/2018)

Ademais, verifica-se que a parte requerente pleiteia a gratuidade sem sequer indicar o valor das despesas e das custas. Somente com a apuração do valor é que se saberá se há ou não capacidade para o pagamento sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Saliente-se que é possível simular a importância a ser recolhida por meio de ferramenta disponibilizada por esta Corte em seu sítio eletrônico.

É importante ressaltar, por fim, que o art. 98, § 5º, autoriza o deferimento da gratuidade de forma parcial, o que, também, dependerá da demonstração da situação econômica da parte autora.

ANTE O EXPOSTO, com fundamento no § 2º do art. 99 do CPC:

- 1 – determino a intimação da parte que requer a gratuidade para, em quinze dias e sob pena de indeferimento do benefício, apresentar documentos capazes de comprovar sua hipossuficiência.
- 2 – Deverá a parte, necessariamente, apresentar simulação do valor das custas e das despesas, que pode ser realizada a partir do seguinte endereço eletrônico: <<https://app.tjpb.jus.br/custasonline/paginas/custas/previas/custasprevias.jsf>>.
- 3 – Sem prejuízo de outros documentos que reputar convenientes, a parte poderá demonstrar sua hipossuficiência econômica por meio dos seguintes documentos:
  - a. cópia dos extratos bancários de contas de titularidade da parte autora dos últimos três meses e de eventual cônjuge;
  - b. cópia dos extratos de cartão de crédito da parte autora dos últimos três meses e de eventual cônjuge;
  - c. cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge;
  - d. cópia da última declaração do imposto de renda da parte autora apresentada à Secretaria da Receita Federal;



e. cópia dos balancetes dos últimos três meses da parte autora, caso seja pessoa jurídica;

f. cópia da inscrição como trabalhador rural junto ao sindicato correspondente, caso se autodeclare agricultor.

4 – A parte poderá, ainda, no mesmo prazo, recolher as custas judiciais e despesas processuais.

Intime-se. Após o decurso do prazo assinalado, com ou sem a justificção, certifique a serventia o fato e retornem os autos conclusos para deciso.

Nos termos do Art. 108 do Código de Normas Judicial, da Douta Corregedoria de Justiça da Paraíba, confiro a esta deciso força de mandado/ofício para as procedências necessárias ao seu fiel cumprimento.

Providências necessárias. Cumpra-se.

São Bento - PB, na data da assinatura eletrônica.

JOSÉ NORMANDO FERNANDES

**Juiz de Direito** em substituição

Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, da Lei 11.419/2006.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
**COMARCA DE SÃO BENTO**  
Fórum Gov. João Agripino Filho  
Rua Álvaro Silva, 65, Centro, São Bento-PB  
CEP 58.865-000 Tel.: (83) 3444-1225

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**[SEGURO]**

**Processo nº 0801801-36.2019.8.15.0881**

**AUTOR: JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO**

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Vara Única, fica JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA devidamente INTIMADO, por seu representante legal, de todo teor da Decisão de ID. 27379741.

O referido é verdade e dou fé.

São Bento-PB, 19 de fevereiro de 2020.

**IASNAYA POLLIANNA DA S. Q. QUEIROGA**  
Técnica Judiciária



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SÃO BENTO, PARAÍBA.**

**Processo nº 0801801-36.2019.8.15.0881**

**JÂNIO VENÂNCIO DE OLIVEIRA,,** já qualificado nos autos do presente processo que move em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**, vem, por meio do seu bastante advogado, em atenção ao despacho dos autos, **EXPOR** e **REQUERER** o que segue.

O Magistrado determinou por despacho a juntada de documentos com o objetivo de comprovar a hipossuficiência do autor, tendo em vista o requerimento de gratuidade da justiça.

Por meio da presente petição o autor requer a juntada aos autos dos seguintes documentos: Declaração de isento de imposto de renda; Simulação das custas e despesas processuais; e copia da CTPS comprovando que o autor atualmente não possui vínculo empregatício e nem renda fixa.

Conforme requerido, consta em anexo a esta a simulação do valor das custas e despesas as quais requer a gratuidade, esta que conforme cálculo em anexo conta com o valor de R\$ 320,15 (trezentos e vinte reais e quinze centavos) valor este de caráter expressivo tendo em vista que a parte autora não possui renda, e por esta razão requer a gratuidade de justiça.

Cabe destacar que a lei não exige atestada miserabilidade do requerente, sendo suficiente a “*insuficiência de recursos para pagar as custas, despesas processuais e honorários advocatícios*”, demonstrado a partir dos documentos em anexo.

O autor não possui sequer cartão de crédito.



Isto posto, **PUGNA** pelo deferimento integral dos benefícios da gratuidade da justiça, tendo em vista que a inexistência de renda fixa do autor não lhe permite o pagamento de custas judiciais ainda que com desconto, o que ficou comprovado por toda a documentação em anexo.


Termos em que, pede deferimento.


Pombal, Paraíba, 11 de março de 2020.

**Dr. Jaques Ramos Wanderley**  
OAB/PB 11.984



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 088.2.20.00273/01
			<b>Data de emissão:</b> 12/03/2020
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Sao Bento	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/03/2020
<b>Número da guia:</b> 088.2020.600273 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,61
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 258,05 <b>Promovente:</b> JÂNIO VENÂNCIO DE OLIVEIRA, - Taxa Judiciária: R\$ 60,75 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 320,15
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866200000036 201509283184 520200331087 822000273018 			<b>Valor final:</b> R\$ 320,15

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 088.2.20.00273/01
			<b>Data de emissão:</b> 12/03/2020
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Sao Bento	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/03/2020
<b>Número da guia:</b> 088.2020.600273 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,61
<b>Promovente:</b> JÂNIO VENÂNCIO DE OLIVEIRA, <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Detalhamento:</b>			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 320,15
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 320,15

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 088.2.20.00273/01
			<b>Data de emissão:</b> 12/03/2020
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Sao Bento	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/03/2020
<b>Número da guia:</b> 088.2020.600273 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,61
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 258,05 <b>Promovente:</b> JÂNIO VENÂNCIO DE OLIVEIRA, - Taxa Judiciária: R\$ 60,75 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 320,15
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866200000036 201509283184 520200331087 822000273018 			<b>Valor final:</b> R\$ 320,15





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 088.2020.600273

**Data Vencimento:** 31/03/2020

**Data Emissão:** 12/03/2020

**Comarca:** Sao Bento

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

**Promovente:** JÂNIO VENÂNCIO DE OLIVEIRA,

**Promovido:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

**Valor da Causa:** R\$ 4.050,00

**Despesas Processuais:** R\$ 0,00

**Custas:** R\$ 258,05

**Taxa:** R\$ 60,75

**Total da Guia:** R\$ 318,80

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**





**DECLARAÇÃO DE ISENTO DE IMPOSTO DE RENDA**

**JÂNIO VENÂNCIO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, estudante, inscrito no CPF sob o nº. 492.099.178-98 e no RG sob o nº. 55.328.345-5 2ª via SSP/SP, residente e domiciliado à Rua Projetada, s/n, Centro, Paulista – PB, em conformidade com a Lei nº 7.115/1983<sup>1</sup>, declaro que sou isento(a) da obrigação de declarar o imposto de renda devido ao fato de não me enquadrar nas condições especificadas pela Receita Federal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

POMBAL, PARAÍBA, 09 DE MARÇO DE 2020.

\* JÂNIO VENÂNCIO DE OLIVEIRA

JÂNIO VENÂNCIO DE OLIVEIRA

DECLARANTE

<sup>1</sup> Com a edição da Instrução Normativa RFB nº 864/2008, de 25 de julho de 2008, deixou de existir a Declaração Anual de Isento, a partir do ano de 2008. A isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado, conforme previsto na Lei 7.115/83.





# QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Danio Venancio de Oliveira  
 Loc. Nasc. Paulista  
 Filiação Danio Rodrigues de Oliveira e  
Vanilda Venancio de Oliveira  
 Doc. Nº RG: 55.328.345-5 SSP-SP

## ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em 28/11 / 14 SRTE SP  
 Exp. em 28/11 / 14 SRTE SP  
 Obs.: Leidjane  
 Data Emissão 28/11 / 14 SRTE SP  
 Doc. Nº 55.328.345-5 SSP-SP

Assinatura do Funcionário

## ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE (Com relação a nome, est. civil e data nasc.)

Nome.....  
 Doc.....  
 Nome.....  
 Doc.....  
 Nome.....  
 Doc.....  
 Est. Civil.....  
 Doc.....  
 Est. Civil.....  
 Doc.....  
 Nascimento.....  
 Doc.....

Seu novo companheiro os perigos que o cercam  
 acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar  
 o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada,  
 a sua repetição.  
 Se você for acidentado, procure logo o socorro médico ade-  
 quado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o  
 agravamento de sua lesão.  
 Se você não é eletricitista, não se meta a fazer serviços de  
 eletricidade.  
 Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um  
 acidente, amanhã será tarde demais.  
 As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.  
 Atenda às recomendações dos membros da CIPA e de seus  
 mestres e chefes.  
 Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você  
 trabalha. Conversa e discussão no trabalho predispoem a acidentes  
 pela desatenção.  
 Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e  
 avisos sobre prevenção de acidentes.  
 Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem  
 parte do seu uniforme de trabalho.  
 Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos  
 devidos lugares.  
 Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.  
 Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use  
 equipamentos de proteção adequados a seu serviço.  
 Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de  
 combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter  
 necessidade de usá-los algum dia.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
 CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número 095708 Série 00414 - SP



ASSINATURA DO PORTADOR  
Danio Venancio de Oliveira



### ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

Aumentado em 01/07/15 Para R\$ 1.132,12  
 Na função de a mesma  
 CBO por motivo de *desido*  
 Nova Prosperidade Super Lanches Ltda  
 Assinatura do empregador

Aumentado em 01/07/16 Para R\$ 1.239,67  
 Na função de a mesma  
 CBO por motivo de *desido*  
 Nova Prosperidade Super Lanches Ltda  
 Assinatura do empregador

Aumentado em 01/08/17 Para R\$ 1.289,25  
 Na função de a mesma  
 CBO por motivo de *desido*  
 Nova Prosperidade Super Lanches Ltda  
 Assinatura do empregador

Aumentado em ..... Para R\$ .....  
 Na função de .....  
 CBO por motivo de .....  
 Assinatura do empregador

### ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

Aumentado em ..... Para R\$ .....  
 Na função de .....  
 CBO por motivo de .....  
 Assinatura do empregador

Aumentado em ..... Para R\$ .....  
 Na função de .....  
 CBO por motivo de .....  
 Assinatura do empregador

Aumentado em ..... Para R\$ .....  
 Na função de .....  
 CBO por motivo de .....  
 Assinatura do empregador

Aumentado em ..... Para R\$ .....  
 Na função de .....  
 CBO por motivo de .....  
 Assinatura do empregador

34

### ANOTAÇÕES DE FÉRIAS

Gozou férias relativas ao período de 2015/2016  
 de 01/06/17 a 30/06/17  
 Nova Prosperidade Super Lanches Ltda  
 Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de 2016/2017  
 de 01/11/17 a 30/11/17  
 Nova Prosperidade Super Lanches Ltda  
 Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de .....  
 de ..... a .....  
 Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de .....  
 de ..... a .....  
 Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de .....  
 de ..... a .....  
 Assinatura do empregador

35

### ANOTAÇÕES DE FÉRIAS

Gozou férias relativas ao período de .....  
 de ..... a .....  
 Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de .....  
 de ..... a .....  
 Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de .....  
 de ..... a .....  
 Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de .....  
 de ..... a .....  
 Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de .....  
 de ..... a .....  
 Assinatura do empregador

Scanned with CamScanner





# ANOTAÇÕES DE FÉRIAS

zou férias relativas ao período de.....  
...../...../..... a ...../...../.....

Assinatura do empregador

zou férias relativas ao período de.....  
...../...../..... a ...../...../.....

Assinatura do empregador

zou férias relativas ao período de.....  
...../...../..... a ...../...../.....

Assinatura do empregador

zou férias relativas ao período de.....  
...../...../..... a ...../...../.....

Assinatura do empregador

zou férias relativas ao período de.....  
...../...../..... a ...../...../.....

Assinatura do empregador

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
(Lei nº 5.107/66, regulamentada pelo Dec. nº 59.820/66)

OPÇÃO

01 / 06 / 15  
Dia Mês Ano

RETRATAÇÃO

...../...../.....  
Dia Mês Ano

Banco depositário..... CEF

Agência.....

Praça..... São Paulo Estado SP

Empresa.....

NOVA PROSPERIDADE

SUPER LANCHES LTDA. Liana  
Carimbo e assinatura do empregador

OPÇÃO

...../...../.....  
Dia Mês Ano

RETRATAÇÃO

...../...../.....  
Dia Mês Ano

Banco depositário.....

Agência.....

Praça..... Estado.....

Empresa.....

Carimbo e assinatura do empregador





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA COMARCA DE SÃO BENTO** Fórum Gov. João Agripino  
Filho Praça Álvaro Dias, 65, Centro, São Bento - PB. CEP 58.865-000 Tel.: (0\*\*83) 3444-1225

[Seguro]

PROCESSO Nº 0801801-36.2019.8.15.0881

AUTOR: JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

## DECISÃO

Vistos, etc.

Não havendo nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, **DEFIRO** o pedido de justiça gratuita, sem prejuízo de sua impugnação, na forma do art. 100, do NCPC.

Considerando que a MAPRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, promovida, reiteradamente não celebra acordos no bojo de processos judiciais, exceto em casos especiais, bem como tendo em mente que a estrutura do Poder Judiciário nesta Comarca não é das mais robustas, não possuindo centro de conciliação, entendo ser desnecessária a designação de audiência de conciliação no presente caso, devendo a parte ré ser **citada para já apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias**.

Seguindo a orientação contida da Recomendação 01/2015 do CNJ, a qual pode ser aplicada analogicamente ao caso em testilha, determino, desde já, **seja designado perito oficial cadastrado no TJPB (médico), atuante nessa Comarca, para realizar perícia médica no autor, a fim de comprovar as sequelas físicas oriundas do acidente automobilístico mencionado na exordial**. Caso haja mais de um perito cadastrado, deverá atentar a escrivania para haver proporcionalidade nas indicações, evitando-se privilegiar algum(s) profissional(ais) em detrimento de outros.

Faculto ao autor juntar, no prazo da contestação, quesitos para serem encaminhados ao perito, bem como indicar assistente técnico. Caso já tenha juntado seus quesitos na inicial, desconsiderar esse item do presente despacho.

Outrossim, **intime-se a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A para efetuar o pagamento, em conta judicial vinculada a este processo, dos honorários periciais**, arbitrados em R\$ 200,00 (duzentos reais), segundo cláusula 1.3 do Convênio 015/2014 TJPB.

**Cite-se a promovida para apresentar contestação em 15 (quinze) dias**, apresentando seus quesitos, caso queira.

Com o depósito do valor dos honorários, intime-se o Perito indicado, o qual já fica automaticamente nomeado pelo Juízo, encaminhando-lhe os quesitos do Juízo, quais sejam: 1) Qual o tipo de lesão apresentada pelo periciado e os respectivos CIDs? 2) Existe relação de causa entre o acidente de trânsito noticiado na petição inicial e a(s) lesão(ões) apresenta(s)? 3) Houve debilidade permanente do membro, sentido ou função? 4) A debilidade é de caráter temporário ou definitivo? Qual o grau, em percentagem (de 0% a 100%), da debilidade apresentada?

**Com a designação da data da perícia pelo médico nomeado, intime-se a parte promovente para comparecer ao local designado pelo médico para a realização da perícia**, munido, preferencialmente, de seus documentos pessoais e toda e qualquer documentação pertinente à demanda.

**Com a entrega do laudo, falem as partes em 10 (dez) dias, informando se têm interesse em conciliar**.

E, finalmente, **entregue o laudo, oficie-se ao Banco do Brasil para que transfira o numerário depositado na conta judicial para a conta bancária indicada pelo perito**.

**Após o cumprimento de todos os itens acima mencionados, conclusos**.



Diligências necessárias. Cumpra-se.

São Bento - PB, na data da assinatura eletrônica.

JOSÉ NORMANDO FERNANDES

**Juiz de Direito** em substituição

Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, da Lei 11.419/2006.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
**COMARCA DE SÃO BENTO-PB**  
Fórum Gov. João Agripino Filho  
Praça Álvaro Silva, SN, Centro, São Bento-PB, Tel.: (0\*\*)83 3444-1225

## CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

### PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[Seguro]

Processo nº 0801801-36.2019.8.15.0881

AUTOR: JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

A(o) Ilustríssimo(a) Senhor(a) Representante legal do(a):

**Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**Endereço: R SENADOR DANTAS, 76, 3 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205**

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca de São Bento-PB, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** de todo conteúdo da petição inicial e para que apresente contestação no prazo de 15 (quinze) dias, ficando advertido(a) que não sendo contestada a ação, nesse prazo, serão presumidas verdadeiras as alegações do(a)(s) promovente(s) (art. 344 do CPC). **INTIMO**, ainda, para efetuar o pagamento, em conta judicial vinculada a este processo, dos honorários periciais, arbitrados em R\$ 200,00 (duzentos reais), segundo cláusula 1.3 do Convênio 015/2014 TJPB, conforme Decisão id.30949727.

São Bento-PB, 26 de maio de 2020.

**IASNAYA POLLIANNA DA SILVA QUEIROGA QUEIROGA**  
Técnica Judiciária

Para visualizar os documentos que compõem este processo, acesse:  
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> No campo (Número do documento) informe um desses códigos (cada código se refere a um documento): [Documento de Comprovação: 19121913432664400000026273714, Documento de Comprovação: 19121913432792800000026273715, Documento de Comprovação: 19121913432522300000026273713, Documento de Comprovação: 19121913432347400000026273710, Petição Inicial: 19121913432223200000026273709, Documento de Comprovação: 19121913432931400000026273717, Documento de Identificação: 19121913432433000000026273711, Despacho: 20011309341844600000026425317, Expediente: 20021910440960900000027411099, Documento de Comprovação: 20031215161425500000027993046]





TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
**COMARCA DE SÃO BENTO**  
Fórum Gov. João Agripino Filho  
Praça Álvaro Silva, 65, Centro, São Bento-PB  
CEP 58.865-000 Tel.: (83) 3444-1225

## EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

### PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[Seguro]

**Processo nº** 0801801-36.2019.8.15.0881

AUTOR: JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do Vara Única de São Bento-PB, fica JANIO VENANCIO DE OLIVEIRA devidamente **INTIMADO(A)** por seu representante legal para tomar conhecimento de todo teor da Decisão id.30949727.

São Bento-PB, 26 de maio de 2020.**IASNAYA POLLIANNA DA SILVA QUEIROGA QUEIROGA**  
Técnica Judiciária

